



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE MIRA, REALIZADA NO DIA 28
DE SETEMBRO DE 2001: -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e um, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Ex.mo Senhor Eng. João Manuel Domingues Moreira Prina, secretariado pela Sr.^a D. Maria Elzita de Miranda Seixas e Dr.^a Ana Maria Baião Seabra Ramos, respectivamente 1.^a e 2.^a secretárias, com a presença dos Senhores deputados Exm^{os} Srs. Ramiro Távora Cruz Acena, Narciso Patrão António, Manuel Vítor de Almeida Aveiro, Eugénio dos Santos Leigo, Silvério da Rocha Monteiro, Ana Margarida dos Santos Mesquita, João Maria dos Santos Palmela, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, José Manuel Fernandes Balugas, Maria Adelaide Rocha Aveiro Camarinha, Maria Arminda Santos Cosme Calisto Pimentel, Juan António Figueiredo Apolinário, Fernando Manuel dos Santos Alves, Luís Carlos Domingues Balseiro, Pedro Nunes, e Artur Jorge Ribeiro Fresco, Luís Manuel Neves Rocha, não tendo comparecido os Srs. Deputados Carlos Manuel Brites Monteiro, José Zacarias Pires Nabais, Jorge Manuel Mesquita Rua, Rui Sérgio Amorim Cupido e Gabriel Miranda de Pinho. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** -----

----- Eram vinte e uma hora e quinze minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia, com as presenças e ausências anteriormente referidas. Após se ter procedido à chamada e ao registo das presenças dos senhores deputados, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia comunicou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não poderia estar presente por se encontrar numa consulta nas urgências dos Hospitais da Universidade de Coimbra. -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DAS FALTAS:** -----

----- Foi presente um pedido de justificação de falta do Sr. Deputado Artur Jorge Ribeiro Fresco, referente às sessões da Assembleia Municipal de Mira ocorridas, respectivamente em 29 de Junho de 2001, e em 09 de Julho de 2001, o qual foi aceite e justificadas as respectivas faltas pela Mesa da



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Assembleia, no âmbito da competência prevista no nº5 do art.º 46º do Dec. Lei n.º169/99 de 18 de Setembro. -----

----- Foi presente um pedido de justificação de falta do Sr. Deputado Carlos Manuel Brites Monteiro à sessão da Assembleia Municipal de Mira ocorrida em 09 de Julho de 2001, o qual foi aceite e justificada a respectiva falta pela Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista no nº5 do art.º 46º do Dec. Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro. -----

----- **APROVAÇÃO DE ACTA DE SESSÃO ANTERIOR:** -----

----- Pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi posta à aprovação a acta da sessão ordinária realizada no dia 29 de Junho de 2001. -----

----- Não havendo intervenções foi a mesma aprovada por maioria, com duas abstenções dos senhores deputados Juan António Figueiredo Apolinário e Artur Jorge Ribeiro Fresco, tendo estes declarado ter-se abtido pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a acta se reporta. -----

----- Pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi posta igualmente à aprovação a acta da sessão extraordinária realizada no dia 9 de Julho de 2001. -----

----- Não havendo intervenções foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção do senhor deputado Artur Jorge Ribeiro Fresco, tendo este declarado ter-se abtido pelo facto de não ter estado presente na sessão a que a acta se reporta. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia usou da palavra para relembrar os senhores deputados que tinha uma comunicação a fazer, e que, como é do conhecimento dos senhores deputados, numa das últimas reuniões recebeu nesta Assembleia uma comunicação do Senhor Presidente da Junta dos Carapelhos com os seguintes dizeres: *“Conforme me foi solicitado por V.Ex.ª na última reunião da Assembleia Municipal passo a informar o seguinte com respeito às carradas de tout-venant que referi, basta mencionar todos os acessos a casas particulares que são cerca de 50 todos elas levaram tout-venant. Com respeito a manilhas em primeiro lugar e como não poderia deixar de ser o Sr. Luís Moreira, proprietário da imobiliária Ugoli beneficiado em mais um local particular. Outro caso este na minha freguesia e em frente à residência do Sr. Jorge Patarra em Corticeiro de Baixo 22 manilhas mais 25*



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

*peças de lancil estas que já permanecem no local à mais de três meses e que nem sequer foram ainda colocadas. Com os melhores cumprimentos, Carapelhos 23 de Junho.” Sobre esta comunicação disse ter enviado ao Senhor Presidente da Câmara um pedido, em que diz o seguinte: “*Senhor Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal: após intervenção oral do Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos em que pretendia denunciar situações menos claras, solicitei que formalizasse essas “denúncias” sendo essa a razão de ser deste documento que lhe envio. Perante isto e no sentido de esclarecer a Assembleia Municipal e, como é hábito, o executivo gostaria de saber se considera ter havido algum benefício particular nos casos referidos.*”, portanto, foi este despacho que, disse, ter enviado à Câmara Municipal e obviamente está a aguardar que lhe seja feita alguma comunicação sobre este tema. Outra comunicação que também quis fazer foi em relação à entrega de documentos solicitados pelo Senhor Deputado Luís Balseiro na última Assembleia, documentos esses que foram entregues. -----*

----- Foi dado início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, usando da palavra o Senhor Deputado Vítor Aveiro que disse que ao ouvir novamente esse comunicado do Senhor Deputado Gabriel Pinho, isto salta-me novamente ao ouvido é porque ele já fez essa afirmação aqui em público que o Sr. Luís Moreira tinha recebido ou que a Câmara tinha levado materiais para obras dele; eu quero aqui deixar bem claro uma coisa, é que eu sou o principal fornecedor do Sr. Luís Moreira, eu trabalho com materiais de construção como todos sabem, tenho assistido a todas as obras do Luís Moreira, praticamente todas a não ser que haja alguma que eu desconheça, como sou muito amigo dele e ele faz o favor de ser muito meu amigo e ser um grande cliente meu, e eu desconheço totalmente qualquer manobra desse tipo. -----

----- Foi dito pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que gostaria de ouvir da Câmara Municipal o que tiver a dizer sobre este assunto. -----

----- O Senhor Deputado Vítor Aveiro frisou novamente que segue as obras todas do Senhor Luís Moreira e não se apercebeu, e como deputado poderia estar aqui a dizer que sim senhor, mas disse estar convicto que a Câmara Municipal não fez qualquer fornecimento a qualquer obra do Senhor Luís Moreira pelo menos relativamente àquelas que ele conhece e que tem fornecido totalmente. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- De seguida usou da palavra o Sr. Deputado Eugênio Santos Leigo que disse que conhecia um senhor, do Cabeço, - o Sr. Basilio Miranda Simãozinho, que está há trinta e tal anos na Alemanha e tem em vista a construção de uma casa. Acontece é que até hoje, apesar de ter perguntado muitas vezes, ninguém lhe explicou porque é que ele não pode construir no terreno dele. Ele hoje está cá, veio cá resolver certos assuntos a Portugal e ele pede-me para eu apresentar a situação e saber o que é que o PDM prevê para o lugar do Cabeço/Presas de Mira. Queria saber se alguém aqui da parte técnica me diz alguma coisa que é para eu amanhã lhe dizer, porque ele amanhã vai se embora para a Alemanha. -----

----- Foi dito pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal ao Sr. Deputado Eugênio Leigo que este era um assunto que muito provavelmente é melhor tratar fora desta Assembleia, explicando que não é no âmbito desta Assembleia que se pode tratar assuntos desse detalhe; é um assunto que tem que ser visto com a área técnica, em detalhe, frente aos mapas. -----

----- De seguida usou da palavra o Sr. Deputado Artur Fresco para dizer que, desde que faz parte desta Assembleia, vem insistindo na conclusão ou no início de algumas obras em Portomar, uma delas disse verificar agora que está a ser iniciado o projecto que é o Largo da Feira, outro é a conhecida Praça do Peixe no centro de Portomar. Disse já ter falado nisto várias vezes, sempre com algumas respostas que nunca o satisfizeram completamente e agora, há algum tempo, há um mês ou mês e meio, apareceu um placar afixado nas paredes da Praça a dizer: «Futuras instalações do Centro Social de Portomar» pelo que gostaria de saber se há realmente um projecto elaborado para aquele local ou se é uma publicidade afixada sem outro intuito. -----

----- Seguidamente interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal para dizer que lhe tinha chegado um outro documento que tinha sido solicitado pelo Sr. Deputado Luís Balseiro e que não tinha sido entregue, que são as contas das Festas S. Tomé 2000, que fez chegar ao Sr. Deputado. -----

----- De seguida deu a palavra ao Sr. Vice Presidente que, após cumprimentar os Senhores Deputados e o Sr. Presidente, se referiu ao assunto dos materiais dizendo que a Câmara Municipal não é fornecedora de materiais de construção. Foi pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal referido que gostaria de ouvir a Câmara Municipal. Disse pensar que se o Sr. Presidente da Câmara estivesse em condições também



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

estaria em condições de apresentar esse documento mas, sinceramente, esclareceu que hoje, durante todo o dia, não esteve com ele porque se encontra doente e portanto também não me deu esse documento e portanto eu evito responder e aguardar que o Sr. Presidente forneça esse documento ao Sr. Deputado e à Assembleia Municipal; relativamente aquilo que o Sr. Deputado Artur Fresco acabou de dizer o que eu lhe posso dizer para já começando por rectificar o nome “Centro Comunitário”, será um salão polivalente com salas de apoio, será um projecto de interesse com coisas que realmente Portomar necessita, com infra – estruturas sociais. O que eu quero dizer é que, se o projecto do Centro Comunitário não está acabado, praticamente está quase concluído, mas penso que até já está acabado, e portanto, as obras acontecem quando têm que acontecer. Há prioridades, há muitos anos que nós próprios também desejaríamos ter outras obras feitas ou a iniciarem-se, mas nem tudo pode ser feito ao mesmo tempo como os senhores deputados compreendem. Claro que as estratégias e as prioridades diferem de pessoa para pessoa e, portanto, cada um de nós tem a sua opinião. -----

----- De seguida usou da palavra o Sr. Deputado José Balugas que disse que ao ler o último número da Voz de Mira ficou algo estupefacto com uma intervenção do Senhor Deputado Luís Balseiro e disse ter ficado um bocado perplexo e apreensivo relativamente à Câmara Municipal pelo que gostaria de ser esclarecido. Disse ter pena de o Sr. Presidente não estar presente por se encontrar doente mas com certeza o Sr. Vice Presidente terá alguma coisa a dizer nesse sentido; é que nesta intervenção do Sr. Deputado ficam algumas dúvidas para quem lê este artigo e sem o esclarecimento cabal da Câmara, eu próprio ficaria com dúvidas. É que diz aqui a determinada altura “caderno de encargos no valor de 69 mil contos de imediato aceite pela Câmara” e depois, passando mais à frente, volta a dizer “caderno de encargos só trocando o seis pelo cinco ou seja agora no valor aproximado de 59 mil contos”, «mais dez mil contos menos dez mil contos é uma ninharia para este executivo camarário». Devo dizer o seguinte, eu sempre vi esta Câmara pautar-se pela honestidade e por fazer as coisas com clareza; eu gostava realmente de ser esclarecido neste ponto, porque depois de ser esclarecido gostava também de intervir mas perante esse esclarecimento. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Seguidamente usou da palavra o Sr. Deputado Luís Balseiro que disse que o assunto que tinha para apresentar era sobre a Danceteria Pink House, disse ter sabido há pouco tempo que esta Danceteria estava e esteve a funcionar e acontece que lhe chegou ao conhecimento que não tinha licença de utilização do espaço de dança. Disse querer aqui perguntar, porque segundo lhe disseram tem horário de funcionamento fornecido pela Câmara e até assinado pelo Sr. Vice Presidente e depois, mais tarde, não tem, também com uma deliberação da Câmara Municipal diz que não tem licença de utilização de espaço. Há aqui uma situação que eu não compreendo, como é que se dá um horário de funcionamento e depois ele não tem licenciamento. Esta era uma questão que eu queria deixar aqui. A outra questão é como é que é possível, e está escrito pela Câmara Municipal, que os espaços de dança deste concelho não estejam licenciados para o efeito, não tenham a devida licença. Isto é um bocado arriscado porque nós sabemos que no concelho de Mira há vários espaços de dança, há muita juventude a frequentar isso, e nós temos visto por outros sítios acontecimentos um bocado graves. Se acontece num espaço destes no concelho de Mira é um bocado complicado; não terá depois a Câmara de assumir alguma responsabilidade, por deixar que isso funcione sem licença. Era esta outra questão que eu tinha para deixar. Era também para perguntar o que é que a Câmara já fez para ver se estes espaços tem as devidas condições de segurança, se têm as câmaras de vídeo, os sistemas de segurança que, ao que me parece, e veio na comunicação social, estas casas eram obrigadas a ter, o que é que a Câmara já fez neste sentido.-----

----- De seguida usou da palavra o Sr. Deputado Pedro Nunes que disse já ter falado nisto vezes sem conta e já teve resposta dos técnicos da Câmara, mas disse ir falar mais uma vez, no cruzamento do Areão. Sucedem-se, com muita frequência, acidentes por vários motivos, felizmente têm sido só bens materiais, mas alguns de monta; recordo-me que por exemplo no Verão passado ardeu uma viatura. A EDP já mudou os postes do lado nascente para o lado poente, agora enfiam-se nos postes que estão no lado poente e uma casa que me calhou por herança já foi por duas vezes posta mesmo abaixo, o muro, por duas vezes, também. Dei uma vez uma sugestão e penso que nós, todos que andamos na estrada, passamos por imensas lombas, enfim, que nos obrigam a levantar o pé do acelerador e o que acontece é que há falta de pintura de guias na própria estrada até final do concelho e penso que realmente a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

colocação de umas bandas sonoras antes da entrada de chegar ao cruzamento, poderiam de facto evitar que esses acidentes acontecessem. -----

----- Interveio de seguida o Sr. Vice Presidente para se referir ao assunto abordado pelo Sr. Deputado José Balugas sobre a Casa da Música, disse também ter lido esse artigo e ao ler esse artigo, nem fui eu, foi o Sr. Presidente que pediu uma informação detalhada aos serviços e da qual, se o Sr. Presidente me dá autorização, eu passo a ler: "Empreitada da obra de construção do edifício da Casa Municipal da Música

- No seguimento do solicitado por o Sr. Presidente da Câmara junto o resumo do procedimento efectuado por esta Câmara com vista à execução da Casa Municipal da Música. - 1/01/2000: - Aprovação do projecto de arquitectura referente ao edifício da Casa da Música da autoria do gabinete de projectos Planética, projectos e construções, apresentado pela Banda Filarmónica de Mira em reunião de Câmara.
- 27/06/2000: - aprovação do programa de concurso e caderno de encargos, mapa de medições e projectos da especialidade da firma Planética e abertura de concurso público em reunião de Câmara. -
- 19/07/2000: - Publicação no Diário da República do anúncio de concurso público Casa da Música com o preço base de 45 milhões de escudos, podendo concorrer todas as empresas nacionais ou estrangeiras em posse do alvará especificado no programa de concurso no prazo de trinta dias contados a partir desta publicação. -
- 27/07/2000: - Publicação do anúncio de concurso no Jornal de Noticias. -
- 28/07/2000: - Publicação do anúncio de concurso no Diário de Coimbra. -
- 21/08/2000: - Abertura de propostas tendo sido admitidas a concurso as seguintes empresas que apresentaram propostas nomeadamente: - Viana e Conde, AS Empresas de construção e obras públicas, sediada na Rua da Estação em Granja do Ulmeiro, concelho de Soure, com o valor de 69.010.689\$00; - Construções Marvoense, Lda, sediada em Ventosa do Bairro - Mealhada, com o valor de 68.098.635\$00. Análise das propostas pela comissão de análise nomeada e elaboração do respectivo relatório em que classifica as propostas de acordo com os critérios de avaliação definidos no Programa Concurso, nomeadamente: Valor Técnico 45%, Preço 35%, Prazo de execução 20%. -
- 30/10/2000: - Audiência Prévia por escrito a todos os concorrentes sobre o relatório da comissão de análise, sendo aceite reclamações no prazo de dez dias após a recepção do nosso ofício, acompanhado do relatório da comissão de análise. -
- 14/11/2000: - Não havendo qualquer reclamação ao



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

relatório o mesmo foi apreciado em reunião de Câmara, tendo o mesmo sido aprovado, ficando as propostas classificadas pela seguinte ordem: 1.º Construções Marvoense, Lda; 2.º Viana e Conde AS. Adjudicação da empreitada à proposta classificada em primeiro lugar- Construções Marvoense Lda pelo valor de 68.098.635\$00. – 17/01/2001:– Envio do processo para o Tribunal de Contas, Processo recusado no Tribunal de Contas em 22/02/2001 com base no artigo 107.º do Decreto - Lei 59/99, que refere que o dono da obra não pode adjudicar a empreitada quando todas as propostas ou a mais conveniente ofereça o preço total consideravelmente superior ao preço base de concurso, na ausência de um critério quantitativo que estabeleça quanto é que esse preço é consideravelmente superior ao preço base tem este Tribunal vindo a suprir essa omissão recorrendo á percentagem fixada como limite para os trabalhos - a- mais, ou seja, 25%. – 26/03/2001: – Recurso da Câmara Municipal de Mira ao Tribunal de Contas com o pressuposto que a recusa do Tribunal se baseou em critérios subjectivos e não quantificado na legislação existente tendo sido cumprida toda a legislação existente referente a procedimento de adjudicações de empreitadas. – 24/04/2001:– Recusa do visto da empreitada por Acórdão do Tribunal de Contas. Execução do novo programa de concurso e caderno de encargos, tendo em conta a Portaria n.º 104/2001, que aprova novas minutas destes documentos. Foram retirados do mapa de medições da empreitada o Capítulo 6.4.1 e 6.5.1 referentes a trabalhos de revestimento, pisos em madeira. Reunião de 27/03/2001 aprovação do programa de concurso, caderno de encargos e mapa de medições, abertura de novo concurso público pelo preço base de 68.098.635\$00 e anulação do concurso anterior. Neste momento a sessão foi suspensa durante cinco minutos, devido a um corte de energia eléctrica, recomeçando quando eram 21 horas e 45 minutos. – 26/04/2001: – Publicação no Diário da República do concurso público Casa da Música podendo concorrer todas as empresas nacionais ou estrangeiras em posse de alvará especificado no programa de concurso no prazo de 30 dias contados a partir desta publicação. – 01/06/2001: – Publicação do anúncio de concurso no Jornal de Noticias. – 01/06/2001: – Publicação do anúncio de concurso no Diário de Coimbra. – 19/06/2001: – Abertura de propostas pela Comissão nomeada tendo sido admitidos a concurso as seguintes empresas: - António Madeira Gouveia & Filhos Lda, sediada em Stª Ovaia - Oliveira do Hospital e a Paralela Construções Lda , sediada na Quinta das



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Saldegas em Coimbra com o valor de 61.366.073\$00 + IVA, Viana e Conde AS empresa de construções e obras públicas, sediada em Granja do Ulmeiro – Soure, com o valor de 62.154.620\$00; Construções Marvoense Lda, sediada em Ventosa do Bairro, com o valor de 59.898.260\$00; Socertima, Sociedade de construções do Cértima Lda, sediada em Alameda dos Bombeiros Voluntários Bloco 1 – 2.º Esq.º Anadia, com o valor de 65.172.700\$00; Ramos e Catarino AS, empresa de construção civil e obras públicas, sediada em Febres – Cantanhede, com o valor de 63.731.232\$00. Análise de propostas pela Comissão de Análise nomeada e elaboração do respectivo relatório em que classifica as propostas de acordo com os critérios de avaliação definidos no programa de concurso, nomeadamente, valor técnico 45%, preço 35%, prazo de execução 20%. – 16/07/2001: – Audiência Prévia a todos os concorrentes admitidos sobre o relatório da Comissão de Análise sendo aceites reclamações no prazo de dez dias após recepção do ofício acompanhado do Relatório da Comissão de Análise. Reclamação a este relatório feita pela firma AMG & Filhos Lda. na qual esta firma diz que a apresentação de uma proposta com preço inferior ao preço máximo trata-se da concretização de uma proposta condicionada é obrigatório e nunca dispensável a apresentação de uma proposta base pelos concorrentes que apresentarem uma proposta condicionada, conforme anúncio e programa de concurso. – 03/08/2001: – Execução do relatório final pela Comissão de Análise em que não dá provimento a reclamação apontada e manter a classificação dos concorrentes referidos no relatório inicial, ficando as propostas classificadas pela seguinte ordem: 1.º Construções Marvoense, Lda 91 pontos; 2.º Viana e Conde 85 pontos; 3.º Ramos Catarino 84 pontos; 4.º AMG, & Filhos 80 pontos; 5.º Socertima, excluída por falta de preço unitário. – 21/08/2001: – Aprovação do Relatório final e adjudicação da empreitada de construção da Casa da Música à firma Construções Marvoense Lda pelo valor de 59.898.260\$00.” Esta é a informação da Divisão de Obras Municipais. Claro que também eu quero fazer um comentário, não só ao que foi proferido e que foi escrito na Voz de Mira, mas, com base nesta informação e para que sejamos realmente esclarecidos e não andarmos a tentar enganar, não sei quem. Referindo o próprio artigo na Voz de Mira a dado passo é dito assim: “ Decidiu o actual executivo camarário dotar o concelho de uma Casa da Música, contactou uma empresa para o efeito e esta apresentou o respectivo caderno de encargos no valor de 69 mil contos de imediato aceite



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

pela Câmara.”. É claro que isto é pura mentira até por aquilo que ouviram do gabinete técnico, a empresa não apresentou qualquer caderno de encargos, isto é puro desconhecimento de como se procede a gestão autárquica, porque o caderno de encargos é apresentado pelo dono da obra, as empresas apresentam propostas. “Numa gestão transparente sem favoritismo era obrigação do executivo camarário abrir concurso público para execução da obra, não o fez; sem alteração de mais uma vírgula apresenta o processo exactamente com o mesmo caderno de encargos”. Mais uma mentira; foi feito concurso ou melhor ,como foi dito nesta informação, como já foi lido, aos concursos públicos só podem concorrer quem tiver o alvará que é solicitado no caderno de encargos, no programa de concurso, e podem concorrer empresas nacionais ou estrangeiras, ninguém pode concorrer se não tiver alvará e não somos nós que vamos contactar as empresas, Sr. Deputado. O caderno de encargos foi alterado é evidente que foi alterado já em 2001, e também porque foram retirados, porque realmente o preço da obra estava num preço muito alto, foram retirados dois capítulos sobre o revestimento dos pisos, aqui não há preço global, não há contactos com empresas, há contactos, sim, nos concursos públicos da forma legal, na forma de negociação. O Sr. Deputado acusa a Câmara de fazer favoritismo, o Sr. Deputado acusa a Câmara de andarmos a enganar as pessoas, o Sr. Deputado acusa a Câmara de, no fundo, falsear concursos, Está aqui preto no branco que de facto os concursos são públicos, são publicados no Diário da República e o Sr. Deputado ou desconhece completamente, e eu quero acreditar mais nisto, o que é a gestão autárquica ou, então, quer baralhar as pessoas, quer confundir as pessoas, com estas mentiras que não têm nome, não têm classificação. Aliás todos estes anúncios, e se me permite o Sr. Presidente, eu até gostaria de falar também sobre outro jornal que saiu mesmo há pouco tempo e que eu tive oportunidade de ler só hoje, em que fala da Videira Norte, em que estamos com eleitoralismos, em que mantemos datas, andamos a enganar as pessoas. Afinal quem é que está com eleitoralismos, quem é que está a enganar as pessoas. O concurso da Videira Norte foi publicado em Diário da República em Junho. Como é que a Câmara pode abrir as candidaturas? O Sr. Deputado já fez parte como representante desta Assembleia de uma comissão de análise das candidaturas ao Bairro de Carromeu, portanto tinha obrigação de conhecer os regulamentos que também foram aprovados nesta Assembleia e conhecer os prazos que foram dados para apresentação



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

de candidaturas. Quem é que anda afinal a enganar os munícipes? O Sr. Deputado Luís Balseiro assinou um artigo na Voz de Mira, bom eu penso que já disse tudo, tinha aqui mais algumas coisas para dizer, mas até me escuso porque realmente, repito, não sabe minimamente como funciona a gestão autárquica. O executivo tem apresentado, com mais ou menos tempo, tudo o que é solicitado, as contas estão claras, os planos e os orçamentos são aprovados nesta Assembleia, portanto não somos nós. Eu já disse aqui uma vez nesta Assembleia ao Sr. Deputado Luís Balseiro que afinal não sou eu que ando com eleitoralismos, eu não estou preocupado com isso, mas parece que há muita gente que está, mas façam as críticas com verdade, com honestidade e não com mentiras, com um chorrilho de mentiras que como vê é muito fácil de desmontar. Relativamente ao Sr. Deputado Luís Balseiro e sobre as licenças de funcionamento das casas com sala de dança, aliás a lei refere dois tipos, é claro que aqui terão que ter licenças e vistorias diferentes umas das outras como é evidente. Se me diz que há casas de danças no concelho, há algumas, e têm licenciamento; outras estão licenciadas única e exclusivamente como bares e daí o que lhe posso dizer é que foram feitas algumas inspeções por reclamações de algumas pessoas, nomeadamente do explorador desta danceteria que referiu, e foram feitas algumas fiscalizações e foram pedidas algumas informações à GNR, à fiscalização municipal e todas as informações que nos foram dadas é que de facto alguns bares onde as pessoas eventualmente poderão movimentar-se ao som da música e que são só licenciadas como bares e estão a funcionar como bares é a informação que a Câmara tem e as diligências que a Câmara tomou. Relativamente aquilo que perguntou de início sobre a Danceteria Pink House eu gostaria se o Sr. Presidente desse autorização que o Dr. Paulino esclarecesse este ponto da licença de utilização, licença de funcionamento, deste estabelecimento comercial.-----

----- Interveio o Sr. Dr. Paulino para dizer que, como tinha sido referido, relativamente às casas de bebidas, bares, etc. saiu uma nova legislação e essas casas já vinham de algum tempo atrás e elas foram consideradas, digamos, legais para funcionamento e foi lhes atribuído segundo os pedidos e de acordo com o Regulamento foram-lhes concedidos os horários de funcionamento, em alguns casos com prorrogação de horário. De facto existiram casos em que esses bares ou essas casas de bebidas utilizam também sala de dança e a lei prevê que para as salas de dança as pessoas terão que se munir da respectiva



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

licença e têm que o dizer à Câmara, têm que o dizer ao Governo Civil, têm que requisitar a vistoria, e são determinados serviços que irão fazer essa vistoria depois de serem os próprios proprietários a requererem e a dizerem que tem uma sala de dança e depois a Câmara licenciará depois da vistoria efectuada pelos diversos serviços, incluindo os bombeiros, o governo civil, a direcção geral dos espectáculos o centro de saúde, etc.. Eu acredito que, aqui no concelho, nomeadamente no Verão, dada as características da Praia, que haja algumas casas que funcionem só no Verão e aproveitem o Verão e até nem venham requerer licença, nem vão ao Governo Civil dizer que têm dança ou porque nem sabem se as pessoas vão e nem têm espaço para dançar é mais para terem música. E então esse é outro problema que tem a ver com os direitos de autor e então podem não estar licenciados mas funcionam. Mas a Câmara não pode ser chamada á responsabilidade e geralmente actua em termos de, e tem actuado pedagogicamente num ou noutro caso em que tem havido queixas e temos convidado as pessoas a, dizendo o que é que a lei diz, dizendo quais são as obrigações que eles têm quando têm sala de dança. Portanto a Câmara licenciará sempre que, dentro das regras e da legalidade as pessoas também queiram assumir a legalidade e portanto a Câmara só licenciará quando sabe, quando as pessoas requerem, é uma obrigação de quem está nestes ramos, quem trabalha nesta área. -----

----- Seguidamente interveio de novo o Sr. Vice Presidente para dizer que em primeiro lugar o Sr. Dr. Paulino não esclareceu propriamente as pessoas, a pergunta foi sobre licença de funcionamento da Pink House, se tinha ou se não tinha, em segundo lugar o Sr. Dr. Paulino baralhou um pouco as pessoas quanto às casas que funcionam no Verão o que isso não é verdade, porque eu acabei de afirmar que foram feitas inclusivamente inspecções, foram pedidas informações à GNR e que existem licenças de bares em alguns bares que eu escuso de dizer que toda a gente os conhece em que as pessoas eventualmente com a música que lhes é oferecida poderão eventualmente “abandar o capacete”, mas que tanto a GNR como a fiscalização municipal, as informações que nos deram é que estavam a funcionar como bar e as pessoas eventualmente poderiam mexer-se ao som da música, mas que no fundo não eram nenhuma salas de dança, que estavam a funcionar, portanto as salas de dança que estão a funcionar são aquelas que estão licenciadas e que inclusivamente têm horário até às 6 da manhã e é isso que se está a passar e portanto



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

quando há alguma acusação tenta-se verificar informações da GNR, vizinhos, etc. para que realmente estejam a funcionar. Todas as informações que temos, independentemente, e eu pessoalmente também já vi com certeza o Sr. Deputado ou outros deputados já o viram também, em certos bares, de porta aberta as pessoas a abanar o capacete, mas isso não são salas de dança nem estão licenciadas como salas de dança. Relativamente a uma coisa que me esqueceu, que me passou é que a vigilância de câmaras de vídeo, segundo penso que o Sr. Deputado deve saber, que só a partir de uma determinada lotação é que é exigida esse sistema de vigilância, abaixo dessa lotação não é exigido isso, todas estas fiscalizações dos bares, de salas de dança, etc. são da competência da autarquia, apesar da autarquia ainda não ter os meios suficientes para exercer essa fiscalização, nomeadamente quanto ao ruído, mas nas salas com dança, licenciadas com dança não só a autarquia como também o próprio Governo Civil poderá intervir, mas já agora se não se importa, pedia autorização ao Sr. Presidente para que o Sr. Dr. Paulino esclarecesse única e exclusivamente o ponto da licença de funcionamento da Danceteria Pink House. -----

----- Interveio o Sr. Dr. Paulino para dizer que a Danceteria Pink House já tinha licença antes da legislação actual e portanto foi feito também uma vistoria e não foi referido qualquer problema, pelo menos na altura em que foi feita essa vistoria, não foi comunicado nada em contrário à Câmara, portanto ela estará e é considerada como estando legalizada. Eu sei que o proprietário actual teve alguma preocupação em querer baixar o número de lugares, para se adaptar às novas regras do licenciamento, por isso está licenciada porque estava já antes. -----

----- Seguidamente continuou o Sr. Vice Presidente com a sua intervenção relativamente ao assunto abordado pelo Sr. Deputado Pedro Nunes, dizendo que se recorda perfeitamente de ter sido levantado aqui este assunto. A Câmara já tomou algumas medidas nomeadamente a que me estou a recordar agora foi a tentativa de aquisição que eu não sei se será dessa casa, de que é proprietário se é de outra eventualmente, mas é uma casa que realmente tapa um pouco a curva e houve uma tentativa da parte da Câmara de aquisição desse imóvel para que conseguíssemos criar a curva com maior visibilidade, só que o preço saiu um pouco fora, disparou bastante e a Câmara até ao momento não teve verbas para a poder fazer essa aquisição. É óbvio que também foram falados nas bandas sonoras. Há muita gente contra, há



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

muita gente a favor, mas eu penso que pelo menos a nível de pintura, da sinalização horizontal daquelas bandas de aproximação, como muitas vezes são utilizadas nas passadeiras, não aquelas bandas que estão por exemplo na Costa Nova, que penso que até isso não é permitido, essas bandas são proibidas, mas aquelas que realmente são com tinta a quente e que pelo menos faz o carro vibrar bastante e que já podia ser usado e aí estou perfeitamente de acordo e com certeza que iremos tentar fazer os possíveis para remediar essa situação. -----

----- De seguida interveio o Sr. Deputado Pedro Nunes, invocando o direito de resposta, para dizer que embora em relação às bandas sonoras naquela parte, apesar de aí haver muitas habitações, porque já foi referido aqui uma vez que seria incomodativo para as pessoas que moram um pouco antes do cruzamento, são casas que estão normalmente e quase sempre desabitadas porque, penso que, se o assunto fosse bem estudado, haveria ali espaço para colocar, pelo menos com a tal tinta fluorescente a quente, algo que pudesse avisar os condutores de que estavam num cruzamento e pudessem levantar o pé do acelerador. --

----- Interveio o Sr. Deputado Luís Balseiro, invocando o direito de resposta, para dizer que poderá ter havido no referido artigo algumas falhas e alguma informação que não tenha sido bem analisada, mas o que está dito, está dito, não há que fazer. Relativamente à Videira Norte o Sr. Vice Presidente falou aí num prazo que foi publicação em Diário da República em Junho, nós sabemos que o Diário da República publica quando se pede para publicar, portanto isso não poderia ter sido antes se não foi pedido. Quanto às licenças dos espaços de dança o Sr. Vice Presidente disse que havia licenças atribuídas, eu sei que em Fevereiro deste ano não havia nenhuma, eu sei que a Dancetaria Pink House também não tinha e não tinha exactamente desde 1995, desde o outro proprietário, e portanto continua a estar neste momento sem estar licenciada, há aqui alguma coisa que falha, não é isso que está em causa, não é isto que está em causa, mas é no genérico que se vê que não são só aqueles espaços de dança onde se bebe um copo e se “abana o capacete”, há mesmo de facto espaços de dança, onde se dança mesmo, não é só para beber um copo nem é casualmente. -----

----- De seguida usou da palavra o Sr. Vice Presidente que disse que seria bom que realmente fosse publicado no diário da republica quando nós pedíssemos, a Videira Norte se calhar já estava em



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

construção. Relativamente às licenças, que eu saiba, as casas sempre estiveram licenciadas, não vou estar agora aqui a entrar em pormenores, por razões óbvias, mas as casas sempre estiveram licenciadas. Se o proprietário actual não renovou licenças, o problema é dele, o que é um facto é que sempre foi chamado à atenção, como foram pedidas declarações à Câmara, que eventualmente, terá dada algumas informações que, quanto a mim, não estariam totalmente correctas, mas todas as casas onde se “abana o capacete” ou não se deixa de “abandar o capacete”, estão licenciadas, houve acusações de casas que não estariam licenciadas com sala de dança, como eu já referi, mas que foi lá desde da fiscalização à GNR e todas as informações que são dadas são essas, agora se quer trazer para aqui problemas que são praticamente particulares aí é diferente pudemos discutir noutra altura e noutra situação, porque eu conheço sobejamente esse caso.-----

----- De seguida usou da palavra o Sr. Deputado Ramiro Acena para apenas lançar um alerta sobre o Bairro Novo, relativamente às obras que estão a realizar-se no Bairro Novo, dizendo que os moradores estão um pouco descontentes, embora se regozijem pelas obras, sentem-se dignificados com elas, mas estão um pouco descontentes porque acham que há falta de verificação das obras por parte dos técnicos da Câmara. A empresa que lá tem andado com trabalhos, a Marvoense, tapou algumas entradas de águas fluviais, não foi verificado o desnivelamento dessas águas fluviais, ainda hoje lá passei e estava um grande lençol de água com uma área bastante grande sem esgoto, os lancis, muitos lancis danificados, mordidos e partidos por falta de cuidado da máquina que andou lá a trabalhar, alguns moradores ligaram os esgotos indevidamente, pelo que grassa na área um cheiro nauseabundo insuportável; as pessoas queixam-se, a empresa construtora cobriu indevidamente tampas de esgoto com cerca de 20 cm, verifiquei eu próprio, 20 cm de espessura de betão, de asfalto, e é pessoal da Câmara que neste momento anda lá, que demora muito tempo a fazer isso; penso que são coisas que não se deviam fazer e que deveriam ser verificadas pela Câmara. Isto é só um alerta que eu lanço, porque me foi também sugerido pelas pessoas e eu próprio estive no local, eu penso que o Sr. Vice Presidente da Junta também lá esteve e se mostrou bastante descontente com aquilo que lá se estava a passar, era só um alerta para que a Câmara verifica-se esta situação.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Seguidamente usou da palavra o Sr. Deputado Vítor Aveiro para relembrar a situação da Rua da Couvadinha, no Seixo, que está a ficar mesmo uma coisa degradada, que está mesmo péssimo, queria ver se o Sr. Eng.º Rui ou o Sr. Eng.º Machado iam lá ver aquilo, que está mesmo num estado caótico. A Rua da Couvadinha é aquela rua que vai do armazém dos Seabras até ao Largo da Couvadinha; e aquela rua da Cova do Baltazar necessita também de ser vista porque os pinheiros estão a acabar com aquela estrada toda, são aí 100 metros de estrada que está a ficar num estado caótico mesmo; e uma terceira situação que é uma situação nova que é na Rua dos Moliceiros, entre o Cruzeiro e os armazéns de batatas do João Aveiro: os carros começaram aí a crescer, agora há ali carros a estacionar de qualquer maneira, de um lado e outro da estrada e os camiões querem passar ali e não passam. Eu sugeria que fosse ali colocada sinalização de estacionamento proibido, aquilo está a ficar caótico, já houve lá um acidente bastante grave aqui há uns tempos, e as pessoas querem passar ali com camiões pesados e não passam porque os donos das habitações ali assim, cada um estaciona o carro do seu lado e aquilo é um caos. Vou apelar para que sejam colocadas ali sinalização para proibição de estacionamento.-----

----- De seguida usou da palavra o Sr. Deputado Luís Rocha para fazer um pedido dizendo que, na zona do Centro de Dia do Seixo andam habitualmente imensos idosos quando entram e quando saiem e infelizmente houve já alguns acidentes um deles até bastante grave. Que queria saber da possibilidade de colocação de bandas sonoras ou bandas com tinta a quente. Julga, disse, que ali também se justificava porque efectivamente os idosos saiem do Centro de Dia, vão par o Parque não ouvem, são muito lentos a atravessar a estrada. Aquilo é uma situação de curva, portanto, julgo que estão ali em risco permanente e uma banda sonora ajudaria a resolver a situação. Outro ponto tem a ver com a cedência de máquinas à Junta de Freguesia do Seixo, esta por diversas vezes, ao longo do ano, tem vindo a pedir; durante o ano de 2001, e nunca foram cedidas máquinas, mais de uma vez nós já pedimos, até por ofício, recentemente, enfim, e está esclarecido no ofício para o que é, é para limpeza de valas, para colocação de manilhas antes do inverno, também não temos de facto resposta. Gostaria de ter uma resposta e enfim de perceber se efectivamente é ou não esta a actuação da Câmara para com todas as Juntas. Só peço que haja o mesmo peso e a mesma medida; não acredito que haja nenhuma má vontade contra a Junta de Freguesia do Seixo,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

o que é verdade é que eu tenho visto, e todos nós vemos, as máquinas a entrar nos armazéns da Câmara às 8 horas da noite, é porque andam por conta de alguém. Uma última questão, na reunião do dia 29 de Junho de 2001, entre vários assuntos, a Junta de Freguesia do Seixo, para uma obra que tinha iniciado na Rua dos Libórios, pediu manilhas e o alcatrão para lhe colocar por cima, é exactamente o que está aqui na acta, depois foi respondido pelo Sr. Vice Presidente: *“relativamente às manilhas e ao alcatrão eu pedia ao Sr. Presidente da Junta que amanhã enviasse este pedido para que ele pudesse ser analisado, mas acho que sendo um serviço corrente que se pode realmente resolver”*, no dia seguinte eu entreguei em mão dois officios aqui na Câmara um a pedir estes materiais outro a pedir máquinas para realizar o resto desta obra para o Sábado, dia 06 de Julho. Os materiais nunca foram cedidos. Depois eu por telefona pessoalmente insisti, mas os materiais nunca foram cedidos nem o camião foi cedido para ir buscar a massa asfáltica, qual não é o meu espanto, quando para a mesma obra no dia 12 de Julho - e atenção que na reunião de 29 de Junho, eu disse aqui que a obra já tinha sido iniciada, - para a mesma obra no dia 12 de Julho, a Câmara Municipal a pedido da Comissão de Melhoramentos do Seixo adjudica essa obra por 585.000\$00, e a Câmara dá todos os materiais. Enfim, é evidente que eu fiquei e fico muito desgostoso com esta situação. A Junta de Freguesia do Seixo, penso que pela postura que tem tido não merecia de facto isto da Câmara. Acho que houve algum descuido, porque a obra estava em curso. Penso que os temas e os assuntos que se falam aqui na Assembleia Municipal são todos importantes, e este foi focado, está aqui em acta. Também julgo que, enfim, em termos de gestão não era a melhor medida pois a Junta de Freguesia gastou 400.000\$00 incluindo materiais mão – de – obra, a Câmara iria adjudicar por 585.000\$00 mais os materiais da Câmara e, enfim, já para não falar em questões políticas que estamos num período muito complicado, questões políticas de legitimidade entre a Junta de Freguesia e a Comissão de Melhoramentos, mas gostava de ter de facto um esclarecimento.-----

----- Interveio de seguida o Sr. Vice Presidente para esclarecer que relativamente às obras do Bairro Novo tem recebido algumas queixas por atrasos, depois porque as obras não foram feitas, atrasaram um pouco e têm trazido algum transtorno aos residentes. De qualquer forma, disse, eu só vou fazer um considerando geral porque, em primeiro lugar, a empresa à qual foi adjudicada a obra, foi só, de facto,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

para fazer o saneamento e as águas, o que estava no caderno de encargos; não foi a mesma empresa que fez o tapete, este foi adjudicado a outra empresa. Eu penso que normalmente, mas pelo que vejo, porque não sou técnico, quando existem tampas de saneamento ou tampas de águas pluviais, caixas de visita, normalmente a máquina quando passa não pode estar a andar à volta das tampas sendo marcado no próprio alcatrão a sua localização, para que, à posteriori, seja retirado esse alcatrão que fica em cima da tampa, seja subida a caixa de visita, para que a tampa fique ao mesmo nível da estrada, do tapete. Sei também que a estrada foi toda reposta, foi toda removida e, nomeadamente, também há os residentes que neste momento, que tinham o alcatrão á face quase do lancil e entravam facilmente para as suas garagens, neste momento, o lancil ficou levantado como é normal, e, portanto, terá que se fazer, e penso que ainda hoje o Sr. Eng.º Rui lá foi para que se procedesse o mais rapidamente possível. É evidente que isto não estando adjudicado, estas partes desta obra nomeadamente as caixas de visita como também os lancis, terá que ser, como é óbvio, o pessoal da Câmara a fazer estes serviços que eu penso que até já foi começado, mas de qualquer maneira se o Sr. Presidente da Assembleia der autorização perguntava ao Sr. Eng.º Rui que esclarecesse um pouco melhor este ponto e que referisse se já começaram ou não a fazer aquilo que se acabou de dizer.-----

----- Interveio o Sr. Eng.º Rui para dizer que foi feita uma primeira empreitada que inclui saneamento, rede de esgotos pluviais e rede de abastecimento de água. Todas as infra-estruturas do Bairro Novo são novas, e foram adjudicadas a essa empresa, à firma Construções Marvoense. Foi depois feita outra empreitada de pavimentação com betão betuminoso a quente dos arruamentos à firma Terserra. Foi ainda executado por administração directa, a fundação da estrada com tout-venant, executado pela Câmara Municipal. Foi ainda colocado lancil em zonas que não havia lancil, também em administração directa executada pela Câmara Municipal. São três empresas envolvidas num pequeno bairro que obviamente traz mais dificuldades. Agora em relação às caixas de visita, por erro da fiscalização, as tampas das caixas de visita e das sarjetas foram colocadas antes da pavimentação a quente. Verificou-se no início da empreitada, que como a rua é muito estreita, não era possível à espalhadora de asfalto contornar as caixas que estavam mais altas, estavam já na quota definitiva e, portanto, foi necessário retirar as caixas que já



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

tinham sido colocadas pelo empreiteiro. Como o empreiteiro já tinha feito o trabalho dele, foi necessário retirar as tampas para que o pavimento fosse feito e agora estamos a recolocá-las nos devidos sítios. Portanto este trabalho já começou há cerca de 15 dias, a recolocação das caixas, das tampas e das sarjetas. Em relação ao problema do lancil, os problemas que se verificam no lancil são ao lancil existente, o lancil que já existe lá há 10 ou 15 anos, que este lancil não foi mexido e verifica-se que as pessoas na altura para resolver os seus problemas nas entradas tinham feito acimentados dentro da faixa de rodagem. Em vez de rebaixar o passeio, como deve ser, tinham feito ao longo dos anos, acimentados dentro da faixa de rodagem, que obviamente esses acimentados estavam mal não podiam ficar por questões de segurança e foram todos, obviamente arrancados. O pavimento foi recolocado de novo e na quota correcta. Agora o que se está a fazer é rebaixar esses lancis à frente das entradas, como já deveria ter sido feito há muitos anos; a opção que foi dada, foi tapar primeiro as caixas de visita, por uma questão de segurança, que são buracos que se encontram abertos, ou pelo menos mal tapados, na faixa de rodagem, e depois rebaixar o lancil. Aquilo que foi dito também às populações foi que o problema de entrada dos carros resolve-se para já com a colocação de uma pequena tábua á frente do lancil pelo que veio reforçar que o mais urgente era tapar os buracos onde podia haver acidentes. As pessoas colocaram lá uma tabuinha, basta de 2 ou 3 cm, uma tábua com essa altura para o carro poder subir o passeio e julgo que durante a próxima semana já vai haver lancis rebaixados na zona antiga dessa rua, porque obviamente os passeios novos já foram feitos de acordo com as normas. -----

----- Interveio de novo o Sr. Vice Presidente para dizer que de facto nem sempre é possível como verificaram pela expressão do Sr. Deputado João Palmela, mas eu dei ontem ordens ao Sr. Eng.º Rui para que fosse iniciada hoje a obra do lancil, só que está aqui a explicação do Sr. Eng.º. Nós não temos trabalhadores que cheguem a todo o lado ao mesmo tempo e isso com certeza também foi essa a prioridade do que é mais perigoso, realmente as tampas das caixas de visita e os lancis, espero eu, que na 2.ª Feira, se comece; relativamente ao Sr. Deputado Vítor Aveiro, o Sr. Eng.º penso que tomou nota e vamos tentar verificar da possibilidade de reparar estas situações. Como o Sr. Deputado tem conhecimento isso não se pode lá colocar uma placa de um momento para o outro, porque se não estiver



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

no Regulamento Municipal, na Postura Municipal, tem a validade que tem ou seja nenhuma; relativamente ao Sr. Deputado Luís Rocha e a cedência de máquinas penso que realmente houve uma altura em que parou a cedência de máquinas ou fez-se um interregno porque se estava a verificar que as máquinas eram utilizadas um pouco de qualquer maneira e feito, não havia tempo para a manutenção das máquinas e, pelo menos, houve uma tentativa de se fazer novas propostas de utilização das máquinas por parte das Juntas de Freguesia que, enfim, seria para implementar. Eu próprio dei até algumas sugestões e algumas delas não foram aceites por os Srs. Presidentes de Junta, lembro-me eu, sugestões essas em conversas informais, mas uma coisa lhe posso garantir, por mim e não só, pelo resto do executivo, de que o tratamento para as Juntas de Freguesia são iguais pelo menos pelo que eu tenho visto, no trabalho com os meus “compartes”; quanto á obra que refere sinceramente não estou muito por dentro do assunto mas como foi adjudicada pela Câmara, se me desse autorização Sr. Presidente, eu perguntava ao Sr. Eng.º Rui se tem conhecimento desta obra e que me pudesse também esclarecer mais um pouco quanto à Rua dos Libórios e as manilhas e ao alcatrão, que segundo o Sr. Deputado foi adjudicada pela Câmara Municipal, e já estava em curso; segundo o Sr. Eng.º não foi nada adjudicada pela Câmara Municipal. Pensa que é a Comissão de Melhoramentos, que já tinha feito um pedido, e é quem está a realizar essa obra. Pelo Sr. Vice Presidente foi também dito que tinha tentado informar-se porque, como tinha dito, não estava por dentro deste assunto e pelas informações que lhe foram dadas é que de facto existe um protocolo com a Comissão de Melhoramentos, nomeadamente a cedência de materiais e uma parte financeira e pensa que é ao abrigo deste protocolo que a Comissão de Melhoramentos está a realizar esta obra e que eventualmente a possa ter empreitado a alguma empresa, mas não a Câmara, mas sim a Comissão de Melhoramentos, por isso é que também o Sr. Eng.º desconhecia essa empreitada que não existe na Câmara.-----

----- Pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi dado o direito de resposta ao Sr. Deputado Luís Rocha para esclarecer que se calhar o Sr. Eng.º Rui está baralhado porque eu estou a falar da obra da Rua dos Libórios que é a obra onde se situa o edifício sede da Junta de Freguesia e o posto médico. A obra que está em curso é na Rua dos Loureiros que está a ser efectuada efectivamente pela Comissão de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Melhoramentos, mas toda a obra que eu me referi foi executada pela Junta de Freguesia em Julho, efectivamente na Rua dos Libórios. Obviamente a obra era importante, a Junta achou-a importante e iniciou-a, obviamente a obra era importante a Câmara achou-a importante e de facto adjudicou-a, ou seja, estava disposta a investir mais mil contos na obra e muito bem, só foi pena não ter articulado com a Junta porque a Junta já a tinha iniciado e a Câmara com a Comissão de Melhoramentos estava disposta a investir mais de mil contos e com a Junta não esteve sequer disponível para emprestar um camião para ir buscar a massa asfáltica.-----

----- Seguidamente interveio o Sr. Vice Presidente para fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo para poder ficar a saber e ir tentar saber e informar-se melhor, se o poderia informar a quem é que foi adjudicada essa obra. -----

----- Pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo foi dito que não queria aqui usar nomes, mas já que lhe estava a pedir, foi a própria pessoa a quem foi adjudicada que se tinha abeirado dele e que lhe tinha dito que a obra tinha sido adjudicada, às Construções Vítor Fernandes. -----

----- De seguida usou da palavra o Sr. Deputado Narciso Patrão para dizer que se tinha falado aqui em queixas, em mentiras, efectivamente disse ter ficado muito preocupado quando viu artigos desta natureza nos Jornais, insultuosos, de má fé e com pouco carácter para uma coisa destas, porque faz insinuações de uma certa gravidade que não são aceites em gente civilizada. Inclusive ainda agora no jornal que me chegou hoje, diz aqui que são sinais dos tempos; no meu tempo não havia sinais destes, só se é nos de agora, e entre outras coisas tem aqui um trecho que diz: *"Os Mirenses estão fartos de ar siciliano que se respira e de jogos de poder em que o povo socialista mergulhou o concelho."*, este povo aqui tem efectivamente uma carga depreciativa, tem uma carga realmente de "complot" de gente malfazeja, de organizações sicilianas. Quem se atreve a pôr nos jornais, trechos desta natureza com certeza sabe como isso funciona e gostaria que funcionasse do seu lado assim, com certeza estará a julgar os outros por si, é o que se pode deprender. Depois foi feita aqui uma explicação a propósito das empreitadas e verificou-se que o Sr. Deputado é mentiroso, mentiu, veio com mentiras para o público, precisamente porque talvez esteja em maré de eleições, em maré de propaganda, e vem com propaganda desta maldosa, e insinuosas, o



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

que não é justo e não é de gente civilizada, e depois deu como resposta: “*disse, disse, não deveria ter dito, mas o que está dito está dito.*”, mas se o Sr. Deputado tiver um mínimo de coragem vai para os jornais e diz: “o que eu disse é mentira, fui esclarecido e renego aquilo que disse, porque é mentira, porque insultei e fiz conceitos errados daquilo que realmente é a realidade.” Mexe com a dignidade das pessoas. Eu sou socialista e sou militante socialista e o Sr. Deputado quando diz aqui que eu estou integrado num polvo, o Senhor está-me a insultar e eu não lhe dou essa liberdade de o Senhor me insultar, dessa maneira, pessoalmente, não lhe dou e muito menos também realmente nesta Assembleia. Tem aqui outras coisas que eu queria até abordar e esta foi realmente uma delas que me saltou agora porque foi aqui esclarecido, que o Sr. Deputado mente e aproveita realmente formas de fazer propaganda suja. Já aqui há tempos apareceu aí na rua um comunicado que fala em escandaloso despesismo. Ora bem, eu tenho lá três dicionários e em qualquer deles não encontrei a palavra “despesismo” e fiquei sem saber realmente o que é que era isto de despesismo, e comecei por realmente fazer uma conjectura, mas que raio será isto de despesismo. Os dicionários não registam. E então comecei a fazer uma conjectura e cheguei a esta conclusão, realmente, se calhar, têm alguma razão, então não é que havia aqui encostado à Câmara uma casa que era a Taberna do Isaías que foi transformada, valorizada no posto da GNR, e agora este executivo não colocou aquilo abaixo? Se calhar foi um despesismo; havia aqui uma casa que era um ex-libris de Mira, que era a Casa das Urnas, pois também colocaram a casa abaixo; despesismo; fizeram este arranjo à volta da Câmara e isto não se faz, porque aquilo era um ex-libris; havia ali uma mata, o chamado bosque ali na Quinta do Visconde, com acácias secas, e tiveram a coragem de tirar aquilo e relvar aquilo e fazer lá uma praça, isso é um despesismo; e cheguei à conclusão que isto é que é despesismo; tiveram a coragem de arranjar aqui o jardim, tiraram realmente o deserto que estava ali, puseram ali uns bancos, plantaram umas árvores, arrelvaram aquilo, despesismo; havia um ex-libris na Praia de Mira, toda a gente quando chegava ficava encantada com aquele barracão que lá estava e tiraram de lá o barracão, despesismo; foram ao Casal de S. Tomé e de volta da Capela aquilo estavam ali alfaias agrícolas dava para secar palha, dava para tudo, tiraram de lá as alfaias agrícolas, tiraram de lá a palha e arranjararam aquilo, despesismo; havia uma ponte que era uma ponte romana, uma coisa valiosa, que era na



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ladeira da Presa, pois arrancaram a ladeira da Presa, arrancaram a ponte, e arranjaram aquilo, fizeram uma estrada para se puder passar bem, com menos declive, despesismo; calcetaram os passeios, despesismo; fizeram na Corujeira, ainda há pouco tempo um despesismo brutal, porque arranjaram o Largo de lá. -----

----- Durante a intervenção do Sr. Deputado Narciso Patrão, o Sr. Deputado Pedro Nunes ausentou –se da reunião quando eram 22.45 horas.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal pediu ao Srs. Deputados do PSD que tivessem calma, porque estava a ver algumas movimentações na bancada e disse que teriam o direito de resposta, como é hábito nesta Assembleia. Quando o Sr. Deputado usar da palavra e que se sentirem que têm algo a comentar e a contrapor têm com certeza direito de resposta e de intervir. Portanto não me parece que eventualmente abandonar a Assembleia seja um acto razoável, portanto pedia aos Srs. Deputados que reconsiderassem alguma vontade impetuosa de querer sair; no fim terão o direito de expor as vossas razões, se se sentirem injustiçados, em democracia isto funciona assim, era este apelo que eu fazia e pedia ao Sr. Deputado Narciso Patrão que encurtasse a intervenção. -----

----- Interveio de novo o Sr. Deputado Narciso Patrão para dizer que ia encurtar para evitar situações, e esclareceu dizendo que fica para depois para outra altura, porque há muito mais coisas para dizer, sobre despesismo que eu não encontrei no dicionário; tenho lá três dicionários e nenhum deles regista essa palavra. Isto alertou-me um pouco, porque neste artigo que hoje vem aqui eu estou realmente aqui enxovalhado, dizer que é o polvo socialista, eu estou integrado nesse polvo socialista, e quando se fala em polvo siciliano, com certeza que não é abonatório para ninguém, não poderia de deixar de frisar isto. -----

----- De seguida interveio o Sr. Deputado José Balugas para dizer que depois da intervenção do Sr. Vice Presidente que me esclareceu cabalmente as questões por mim colocadas, eu devo dizer que tinha preparada uma intervenção mais longa, no sentido do que foi dito pelo Sr. Deputado Narciso Patrão, no entanto vou ser breve, mas gostava de dizer duas ou três coisas. É que após a intervenção do Sr. Deputado Luís Balseiro reconhecendo aqui nesta Assembleia que de facto recorreu a uma forma pouco ortodoxa de fazer política ou seja intoxicando as pessoas, recorrendo à mentira, por vezes como reconheceu aqui por desconhecimento do funcionamento das coisas, também foi por isso, mas devo-lhe dizer Sr. Deputado, e



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

vou terminar como o Sr. terminou o seu artigo, dizendo este: *“este é só um caso paradigmático pelo que se impõe solicitar uma auditoria ou sindicância às contas da Câmara”*, se este é um caso paradigmático e se o Sr. Deputado reconheceu aqui que errou, então o que é que serão os outros, e mais, o Sr. deputado fala em sindicância agora, nesta altura, estamos a dois meses das eleições, o Sr. Deputado sabe perfeitamente que não ia haver sindicância nenhuma, ou seja, iam estar aqui as pessoas a ver as contas, a ver as coisas, mas não iam tirar conclusão nenhuma antes das eleições, portanto isto é uma forma muito pouco ortodoxa, aliás o título diz logo tudo, *“Um modelo de “negócio” da Câmara”*, tudo isto, todo o artigo e o outro que se lhe seguiu são formas pouco éticas de fazer política; esta forma de intoxicar as pessoas, esta forma de fazer política não é a minha forma de fazer política, é apresentando soluções que se deve fazer política, e não desta forma, acredite que as pessoas já não se deixam levar neste tipo de fazer política, nesta forma de fazer política. -----

----- Pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi dado como encerrado o “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo-se entrado de imediato no **“PERÍODO DA ORDEM DO DIA”**: -----

----- **Ponto n.º 1 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA E SITUAÇÃO FINANCEIRA DA AUTARQUIA:** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Vice Presidente que começou por fazer referência ao Resumo Diário da Tesouraria que apresenta um saldo de 74.550.610\$40 (setenta e quatro milhões quinhentos e cinquenta mil seiscentos e dez escudos e quarenta centavos), relativamente ao relatório da situação financeira e das obras. Disse que era escusado estar a lê-lo uma vez que o mesmo tinha sido entregue aos Srs. Deputados. Disse encontrar-se à disposição para eventualmente algum pedido de esclarecimento que os Srs. Deputados queiram fazer. -----

----- Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi aberto o período de intervenções, não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrado o referido ponto. -----

----- **Ponto n.º 2 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE INVENTÁRIO E CADASTRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRA:** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Pelo Senhor Vice Presidente foi feita uma breve explicação sobre o Regulamento que estava para ser aprovado e da sua necessidade para a implementação do novo Plano de Contas nas Autarquias Locais que pressupõe não só o conhecimento da existência, natureza, valor e afectação do respectivo Património, mas também a consistência do mesmo. Este novo sistema contabilístico traduz-se na entrada em vigor do novo POCAL, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro. A inventariação total dos bens de uma Autarquia Local pressupõe igualmente a elaboração e aprovação de um “Regulamento Municipal de Inventário e Cadastro do Património Municipal” que permita orientar e disciplinar os procedimentos inerentes não só à inventariação e avaliação do Património, mas também o seu controlo, segundo regras e princípios perfeitamente definidos. Após a breve explicação foi dito pelo Senhor Vice Presidente que se encontrava à disposição dos Senhores Deputados para qualquer esclarecimento e que se não soubesse responder pediria ajuda ao Sr. Dr. Paulino para que ele possa fazer alguns esclarecimentos. -----

----- Pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi aberto o período de intervenções sobre este Ponto n.º 2., dando a palavra ao Sr. Deputado Luís Rocha que colocou a questão que se nesta altura na Câmara existia um Inventário de todos os bens, e perguntou se o inventário existente iria ser adaptado para estas novas regras deste novo Regulamento de Inventário e Cadastro.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Sr. Vice Presidente com uma pergunta se este Regulamento de Inventário também é necessário para as Juntas de Freguesia, se também elas estão abrangidas por esse Decreto – Lei. -----

----- Pelo Sr. Vice Presidente foi dito que relativamente à pergunta do Sr. Deputado Luís Rocha era evidente que o inventário existente na Câmara do património municipal terá que ser adaptado a este novo regulamento. Relativamente à questão do Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. Vice Presidente pediu autorização para que o Sr. Dr. Paulino esclarecesse o assunto, disse não estar completamente dentro da Lei. Pelo Sr. Dr. Paulino foi que o POCAL é o Plano Oficial da Contabilidade para as Autarquias Locais, ele vai adaptar-se faseadamente, para já para a autarquia Município, vai ser implementado já no próximo ano, era para ser já este ano, vai ser em 2002 para os municípios e as Juntas de Freguesia também vão ter



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

de uma forma simplificada essa obrigação e também se lhes aplicam obviamente, a regras do novo sistema. Aliás este novo sistema contabilístico, traduz-se na entrada em vigor do novo Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto - Lei 54 – A/99 de 22 de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro. Este Regulamento tem uma introdução que explica exactamente os condicionalismos em que ele vai vigorar e depois tem todas as fases, também de uma forma muito clara, em que se vai aplicar. Nós não inventamos aqui nada, este é um plano em que seguimos um modelo, que foi discutido por técnicos e pelas CCRs, nomeadamente houve formação e está a haver formação para os técnicos das Autarquias que vão depois nas Câmaras seguir esta regra geral, este Regulamento interno nomeadamente na área do cadastro e do inventário com as avaliações etc. tudo isto de uma forma que aqui fica de todos conhecida e que está à aprovação. -----

----- De seguida usou de novo a palavra o Sr. Deputado Luís Rocha para dizer que o regulamento das Juntas de Freguesia são muito simples porque cabe todo numa página A4. -----

----- Seguidamente usou da palavra o Sr. Deputado Juan António Apolinário para referir que no que concerne a parte dos imobilizados a Câmara terá esses registos, disse que no fundo é a aplicação do Decreto – Lei de 99, mas existe e a Câmara está nas condições de fornecer as fichas de imobilizado que existe e tem também isso de alguma forma catalogado em termos de normas internas isto no fundo é uma uniformização de tudo o que existe em termos de controlo interno. -----

----- De seguida o Sr. Vice Presidente usou da palavra para dizer que como é evidente está todo o património inventariado, está a ser também feito o levantamento e a introdução do programa informático que existe e portanto tem sido pedido a todo o lado, e nomeadamente até às escolas do 1.º ciclo que também no fundo é património municipal e está a ser actualizado todo o inventário do património municipal . -----

----- E, não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado o período de discussão do presente ponto, tendo colocado à votação a aprovação do Regulamento de Inventário e Cadastro da Câmara Municipal de Mira, conforme solicitação do executivo na reunião de 11 de Setembro de 2001, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- **Ponto n.º 3 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO – CRIAÇÃO DA CATEGORIA DE COORDENADOR, DO GRUPO TÉCNICO – PROFISSIONAL, BEM COMO A CRIAÇÃO DE 3 LUGARES NA CARREIRA TÉCNICO – PROFISSIONAL E 4 LUGARES NA CARREIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL, DO GRUPO TÉCNICO –PROFISSIONAL:-----**

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Vice Presidente para apresentar o assunto. O Senhor Vice Presidente disse que, como tem vindo sendo feito já há algum tempo, pretende-se também agora criar condições no Quadro da Câmara Municipal dado o grande volume de obras que também vem vindo a verificar-se e ainda devido à necessidade de reestruturarmos todo o quadro de pessoal. Que, face ao “esquecimento” registado na última reestruturação, como, aliás, é dito na própria deliberação do executivo, não foi contemplada esta categoria pelo que agora se propõe esta alteração com a criação de a categoria de coordenador do Grupo Técnico – Profissional e de mais as outras vagas que no fundo corresponde a todo este conjunto, constituindo esta mais uma adaptação do quadro de pessoal.-----

----- Não havendo discussão sobre este assunto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o presente ponto, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com catorze votos a favor, zero votos contra e cinco abstenções dos Senhores Deputados Juan António Figueiredo Apolinário, Luís Carlos Domingues Balseiro, Maria Arminda Santos Cosme Calisto Pimentel, Luís Manuel Neves Rocha e Maria Adelaide Rocha Aveiro Camarinha, não havendo declarações de voto, deu por encerrado o presente ponto. -----

----- Antes de terminar esta Assembleia Municipal o Senhor Presidente quis fazer um reparo dizendo que como já tinha sido dito pelo Sr. Deputado Luís Rocha, que se aproximam-se tempos complicados, normalmente muito complicados, disse esperar que realmente prevaleça o bom senso, que as pessoas tenham uma luta política digna, todos, disse que apesar de não ser interessado nesta lide, faz este apelo a toda a gente se é necessário fazê-lo, mas ainda nos voltaremos aqui a encontrar, espero que na recta final dessa maratona, e que nessa última Assembleia conforme tem sido, e como hoje se demonstrou apesar das diferenças, apesar de todas as dificuldades que as pessoas conseguem dialogar, conseguem debater ideias,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

obviamente às vezes com mais crispação, disse aos Senhores Deputados que lhe desejava as maiores felicidades a todos nesta luta que aí vem. -----

----- Como ponto final o Senhor Presidente solicitou à Assembleia Municipal a autorização para assinar em minuta a acta desta Assembleia, após votação considerou-se a mesa autorizada a assinar a minuta da acta. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi declarada encerrada a sessão, sendo vinte e três horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente minuta, em que as respectivas deliberações foram tomadas conforme se refere no texto. -----

